



CASA DO POVO DE VILA NOVA DE ANÇOS

Relatório, Contas da Direção e Parecer Conselho Fiscal

2021





Casa do Povo de Vila Nova de Anços

*Instituição Particular de Solidariedade Social
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública*

**Relatório e Contas/Balanço e Demonstração de
Resultados de 2021
Informação aos Associados
Assembleia Geral de 18/03/2022**

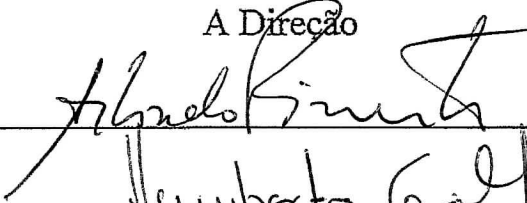
Caros Associados

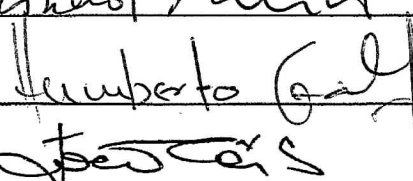
Nos termos do disposto no artigo nº 39, alínea b) dos Estatutos da Casa do Povo de Vila Nova de Anços, compete à Direcção elaborar anualmente e apresentar à Assembleia Geral o Relatório e Contas de Gerência do ano anterior


Nestes termos, os documentos contabilísticos de 2021 submetidos já ao parecer do Conselho Fiscal revelam a existência de um saldo contabilístico positivo de € 22.640,77 (**Viñte e dois mil, seiscentos e quarenta Euros e setenta e sete cêntimos**), valor que propomos aos Senhores Associados sejam transferidos para resultados transitados.


Vila Nova de Anços, 18 de março de 2022

A Direcção









BALANÇO

	Nota	2021	2020
Activo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	249 614,84	232 264,92
Investimentos Financeiros	7	953,19	916,71
Investimentos em Curso	6	46 145,41	34 810,64
		<u>296 713,44</u>	<u>267 992,27</u>
Corrente			
Inventários	8	1 544,54	1 491,93
Clientes	9	16 386,54	15 598,35
Estado e outros entes públicos	10	2 684,50	0,00
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	11	6 989,00	5 909,00
Outras contas a receber	12	4 735,35	6 228,69
Diferimentos	13	3 692,30	3 885,32
Caixa e depósitos bancários	4	225 396,65	255 446,44
		<u>261 428,88</u>	<u>288 559,73</u>
Total do activo		<u>558 142,32</u>	<u>556 552,00</u>
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Reservas	14	425 082,40	425 082,40
Resultados transitados	14	-23 412,84	-31 326,23
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	46 940,04	47 745,55
		<u>448 609,60</u>	<u>441 501,72</u>
Resultado líquido do período		<u>22 640,77</u>	<u>7 913,39</u>
Total do fundo de capital		<u>471 250,37</u>	<u>449 415,11</u>
Passivo			
Não corrente			
Provisões		-	-
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Corrente			
Fornecedores	15	31 815,24	58 769,52
Estado e outros entes públicos	10	9 419,22	6 793,83
Diferimentos	13	0,00	0,00
Outras contas a pagar	16	45 657,49	41 573,54
		<u>86 891,95</u>	<u>107 136,89</u>
Total do passivo		<u>86 891,95</u>	<u>107 136,89</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>558 142,32</u>	<u>556 552,00</u>

As notas 1 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Exercício	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	137 940,78	137 576,22
Subsídios, doações e legados à exploração	18	244 678,67	247 696,90
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias consumidas	19	-58 751,40	-62 297,49
Fornecimentos e serviços externos	20	-59 604,43	-62 317,20
Gastos com o pessoal	21	-246 795,18	-234 936,96
Ajustamentos de Inventários (Perdas / Reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/ reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23	32 201,96	17 112,33
Outros gastos e perdas	22	-6 664,55	-15 545,41
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43 005,85	27 288,39
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6	-20 751,81	-19 488,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 254,04	7 799,61
Juros e rendimentos similares	24	386,73	113,78
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		22 640,77	7 913,39
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do exercício		22 640,77	7 913,39

As notas 1 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Período findo em 31 de Dezembro		
	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		90 861,85	112 825,08
Pagamentos de subsídios		950,20	0,00
Pagamentos de apoios			0,00
Pagamento de Bolsas			0,00
Pagamentos a fornecedores		-178 833,78	-107 283,83
Pagamentos ao pessoal		-162 017,30	-202 704,85
Caixa gerada pelas operações		-249 039,06	-137 375,76
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/ pagamentos		-2 883,50	-59 947,86
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		-251 922,56	-197 323,62
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-49 436,50	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		357,80	113,78
Dividendos			
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		-49 078,70	113,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Subsídios (ISS, CMS, IEFP)		232 177,57	247 696,90
Doações			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos e similares		0,00	0,00
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		232 177,57	247 696,90
Variação de caixa e seus equivalentes		-30 049,79	50 487,06
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	255 446,44	204 959,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	225 396,65	255 446,44

As notas 1 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

1.1 Designação e sede da entidade:

Casa do Povo de Vila Nova de Anços
Rua do Outeiro, n.º 15
3130-400 Vila Nova de Anços

1.2 Natureza da atividade

Atividades de apoio a pessoas idosas, sem alojamento.

1.3 Código CAE

Atividades de apoio a pessoas idosas, sem alojamento, código CAE 88101.

1.4 Número médio de empregados durante o ano

O número médio de colaboradores ao serviço no exercício de 2021 - 18 colaboradores.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.3 Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

2.4 Adoção pela primeira vez das ESNL

A Casa do Povo de Vila Nova de Anços, apresentou pela primeira vez no ano 2012 as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo na transição do POC para o ESNL procedido de acordo com o disposto no Decreto Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março (adoção pela primeira vez da ESNL). Decorrentes do processo de transição, não ocorreram situações de reconhecimento, desconhecimento e remensuração que pudessem afetar a posição financeira e o desempenho financeiro.

I) Valorização dos Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente aos ativos, que nunca foram reavaliados, os critérios de reconhecimento, valorização e depreciação adotados no normativo contabilístico anterior são equiparáveis aos do modelo do custo histórico nas NCRF's, pelo que não foram sujeitos a ajustamento.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o ESNL, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Outras activos tangíveis	Entre 10 e 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo atendendo a que os mesmos se referem a ações e títulos de participação, de entidades que não se encontram cotadas no mercado de valores.

3.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido, sendo ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, os produtos não estejam em condições de serem consumidos.

Os inventários referem-se, a matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O método de custeio utilizado é o FIFO.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber, constituem direitos a receber pela prestação de serviços e outras dívidas decorrentes da atividade da Casa do Povo de Vila Nova de Anços, conforme descrito na nota 9.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários.

3.6 Reservas e outros movimentos em fundos patrimoniais

As reservas podem ser incorporadas nos fundos patrimoniais ou para cobertura de prejuízos de exercícios anteriores refletidos na rubrica de resultados transitados.

3.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao custo histórico.

3.8 Subsídios e apoios do Governo

A Casa do Povo de Vila Nova de Anços (IPSS) reconhece os subsídios do Governo, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "outras variações nos fundos próprios", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.9 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Casa do Povo de Vila Nova de Anços (IPSS), são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.10 Estimativas contabilísticas relevantes

3.10.1 Provisões

A Casa do Povo de Vila Nova de Anços (IPSS), analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão, considerando, sempre que possível, as práticas adotadas por outras entidades do mesmo sector de atividade.

3.10.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Entidade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.11 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços prestados no decurso normal da atividade da Entidade. Os réditos provenientes da venda de produtos são reconhecidos quando os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os réditos são apresentados líquidos de quaisquer montantes reais, estimados relativos a quaisquer descontos

3.12 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.13 Matérias ambientais

A entidade, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, são capitalizados ou reconhecidos como um gasto do período. Os valores incorridos no período foram reconhecidos como gastos.

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Sociedade tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

1.1. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

4. Caixa e depósitos bancários

4.1 - A Casa do Povo de Vila Nova de Anços não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	226,57	231,04
Depósitos bancários	225 170,08	255 215,40
Caixa e equivalentes de caixa	<u>225 396,65</u>	<u>255 446,44</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício não foram identificados erros de períodos anteriores nem ocorreram quaisquer alterações a políticas ou a estimativas contabilísticas.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

	Terrenos		Edifícios e outras construções		Equipamento básico		Equipamento transporte		Ferramentas Utensílios		Equipamento administrativo		Outras Imobilizações Corpóreas		Activos em curso		Total
1 de Janeiro de 2020																	
Custo de aquisição	89.368,97	407.462,97	71.302,94	145.630,97	0,00	0,00	35.179,56	69.949,51	24.354,00	843.248,92							
Depreciações acumuladas	0,00	-314.653,74	-71.134,29	-119.605,73	0,00	0,00	-35.179,56	-50.493,86	0,00	-591.067,18							
Valor líquido	89.368,97	92.809,23	168,65	26.025,24	0,00	0,00	0,00	19.455,65	24.354,00	252.181,74							
Movimentos do Ano - 2020																	
Adições	0,00	21.465,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.238,60	0,00	10.456,64	34.161,20							
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Transferências e abates	0,00	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,40							
Depreciação - exercício	0,00	-6.963,18	-168,65	-9.520,26	0,00	0,00	-373,10	-2.463,59	0,00	-19.488,78							
Depreciação - alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Depreciação- transf. e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Valor líquido	0,00	14.724,18	-168,65	-9.520,26	0,00	0,00	1.865,50	-2.463,59	10.456,64	14.893,82							
31 de Dezembro de 2020																	
Custo de aquisição	89.368,97	429.150,33	71.302,94	145.630,97	0,00	0,00	37.418,16	69.949,51	34.810,64	877.631,52							
Depreciações acumuladas	0,00	-321.616,92	-71.302,94	-129.125,99	0,00	0,00	-35.552,66	-52.957,45	0,00	-610.555,96							
Valor líquido	89.368,97	107.533,41	0,00	16.504,98	0,00	0,00	1.865,50	16.992,06	34.810,64	267.075,56							

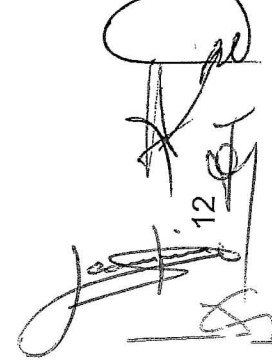
Anexo às Demonstrações Financeiras 2021

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2021

	Terrenos		Edifícios e outras construções		Equipamento básico		Equipamento transporte		Ferramentas Utensílios		Equipamento administrativo		Outras Imobilizações Corpóreas		Activos em curso		Total
1 de Janeiro de 2021																	
Custo de aquisição	89.368,97	428.928,93	71.302,94	145.630,97	0,00	37.418,16	69.949,51	34.810,64	877.410,12								
Depreciações acumuladas	0,00	-321.395,52	-71.302,94	-129.125,99	0,00	-35.552,66	-52.957,45	0,00	-610.334,56								
Valor líquido	89.368,97	107.533,41	0,00	16.504,98	0,00	1.865,50	16.992,06	34.810,64	267.075,56								
Movimentos do Ano - 2021																	
Adições	0,00	28.527,98	7.193,70	0,00	0,00	2.380,05	0,00	11.334,77	49.436,50								
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
Depreciação - exercício	0,00	-10.817,83	-1.198,95	-5.501,66	0,00	-769,78	-2.463,59	0,00	-20.751,81								
Depreciação - alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
Depreciação- transf. e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
Valor líquido	0,00	17.710,15	5.994,75	-5.501,66	0,00	1.610,27	-2.463,59	11.334,77	28.684,69								
31 de Dezembro de 2021																	
Custo de aquisição	89.368,97	457.456,91	78.496,64	145.630,97	0,00	39.798,21	69.949,51	46.145,41	926.846,62								
Depreciações acumuladas	0,00	-332.213,35	-72.501,89	-134.627,65	0,00	-36.322,44	-55.421,04	0,00	-631.086,37								
Valor líquido	89.368,97	125.243,56	5.994,75	11.003,32	0,00	3.475,77	14.528,47	46.145,41	295.760,25								

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "gastos de depreciação e amortização" da Demonstração dos Resultados.



7. Outros ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de investimentos financeiros, é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Títulos de participação de Capital		574,82	574,82		574,82	574,82
Fundos de Compensação		378,37	378,37		341,89	341,89
	0,00	953,19	953,19	0,00	916,71	916,71

Os títulos de participação referem-se à participação da entidade no capital da Rádio Popular de Soure.

8. Inventários

O detalhe de inventários, em 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

	2021	2020
Mercadorias	0,00	0,00
Géneros Alimentares	1 544,54	1 491,93
	1 544,54	1 491,93
Imparidades de Inventários	0,00	0,00
Total de Inventários	1 544,54	1 491,93

O custo dos inventários reconhecidos em 2021 como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 58.751,40 € (em 2020: 62.297,49 €).

9. Clientes

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	2021	2020
Utentes i)	7 890,06	9 223,20
Clientes c/c	8 496,48	6 375,15
Clientes cobrança duvidosa		
	16 386,54	15 598,35
Imparidade clientes	0,00	0,00
Total Clientes	16 386,54	15 598,35

- i) Clientes: esta rubrica refere-se aos saldos a receber dos utentes referentes ao mês de Dezembro de 2021, que por norma só é cobrado no mês seguinte.

10. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		0,00		0,00
Impostos s/ rendimento - IRS		941,94		724,07
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		3.301,12		1.067,27
Contribuições p/ segurança social		4.209,45		4.519,38
Restituição IVA Bens Alim/Ativos Fixos	2.684,50	0,00		
Outros impostos (Fundos Compensação)		966,71		483,11
	2.684,50	9.419,22	0,00	6.793,83

11. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados membros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Quotas Associados ano	1 663,00		1 663,00	1 642,00		1 642,00
Quotas Associados anos anteriores	4 246,00		4 246,00	4 267,00		4 267,00
Associados	6 989,00	0,00	6 989,00	5 909,00	0,00	5 909,00

Nesta rubrica estão registadas as quotas em dívida pelos associados à data de 31/12/2021.

12. Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

15 Outras contas a receber

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de proveitos - i)	279,93		279,93	2 243,27		2 243,27
Outros devedores - ii)	4 455,42		4 455,42	3 985,42		3 985,42
Pessoal	0,00		0,00	0,00		0,00
Ajustamentos			0,00			0,00
Outras contas a receber	4 735,35	0,00	4 735,35	6 228,69	0,00	6 228,69

i) – Nesta verba está incluído o valor de 29,93€ de Juros de DP. Inclui também 250€ relativos a um mês de renda do bar paga em 2022.

ii) – Esta verba está relacionada com o valor a receber do programa Adaptar social destinado a mitigar os custos acrescidos decorrentes da pandemia da COVID-19 para o restabelecimento das condições de funcionamento das respostas sociais e com o valor que falta receber do IEFP do programa cheque-formação.

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a entidade tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2021	2020
Seguros - i)	3 692,30	3 885,32
Rendas	-	-
Outros serviços	-	-
Gastos a reconhecer	3 692,30	3 885,32
Rendas diferidas	-	-
Outros rendimentos ii)	-	-
	0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00

i) – Este valor está relacionado com a especialização dos seguros.

14. Reservas e outros movimentos de fundos patrimoniais

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

	Reservas Estatutárias	Reservas Especiais	Resultados Transitados	Out.var.fundos patrimoniais	Total
1 de Janeiro de 2020					0,00
Aplicação do resultado do exercício			-8 928,80		-8 928,80
Doações - Terreno para Construção					0,00
Ajustamento capital próprio por entradas					0,00
Ajustamento Subsídio PRODER				-805,51	-805,51
Ajustamento capital próprio por resultados					0,00
31 de Dezembro de 2020	395 154,53	29 927,87	-31 326,23	47 745,55	441 501,72
1 de Janeiro de 2021					0,00
Aplicação do resultado do exercício			7 913,39		7 913,39
Doações - Terreno para Construção					0,00
Ajustamento capital próprio por entradas					0,00
Ajustamento Subsídio PRODER				-805,51	-805,51
Ajustamento capital próprio por resultados					0,00
31 de Dezembro de 2020	395 154,53	29 927,87	-23 412,84	46 940,04	448 609,60

As reservas não estão disponíveis para distribuição, apenas podendo ser utilizadas para aumentar o fundo patrimonial ou compensar prejuízos.

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2021	2020
Supertalho Martins	2 104,20 €	2 494,20 €
Higicasteleira	653,67 €	863,34 €
Costa e Figueiredo, SA	493,93 €	523,91 €
José Nunes Marinheiro	- €	268,87 €
Litofish	1 148,80 €	1 115,36 €
Friquental	722,07 €	- €
Quilos leve	980,99 €	1 819,44 €
Verde Queen	1 690,47 €	1 353,56 €
Ilidio Seco Projectos	8 179,50 €	6 765,00 €
Profforma	- €	- €
Repsol	- €	- €
José Carlos Camaz	4 033,87 €	- €
Nutrisoure	1 117,11 €	1 627,72 €
Auto Julio	1 198,42 €	910,42 €
Carlos Ferrera	- €	1 681,41 €
Manuel Barros da Silva	191,81 €	1 308,88 €
Goodplastic	542,36 €	6 136,76 €
FNWay Consulting	- €	2 460,00 €
JTP2	4 292,00 €	21 465,96 €
Seixas e Simões	- €	2 238,60 €
Outros Fornecedores	4 466,04 €	5 736,09 €
Total saldo fornecedores - correntes	31 815,24 €	58 769,52 €

16. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros credores						
Fornecedores de investimentos						
Pessoal i)	48,94		48,94	6,26		6,26
Acréscimos de custos						
Férias e sub. férias	36.301,09		36.301,09	34.634,48		34.634,48
Seguros						
Outros ii)	9.307,46		9.307,46	6.939,26		6.939,26
Outras contas a pagar	45.657,49	0,00	45.657,49	41.580,00	0,00	41.580,00

- i) Este valor diz respeito ao pagamento de quotizações sindicais de dezembro pagas em Janeiro 2022.
- ii) Inclui o valor de 5.234,88€ referente ao valor a devolver ao abrigo do programa POISE uma vez que foi executado parcialmente. Inclui também 2.875,96€ referentes ao adiantamento do Município de Soure relativo às despesas com o furacão Leslie e o valor de 493,66€ é referente ao valor recebido do IEFP respeitante ao valor recebido do programa "Reforço de Emergência equipamentos sociais e de saúde. O valor de 703,04€ respeitante a despesas com água, eletricidade e comunicações referentes a 2021 cuja fatura tem data de janeiro de 2022.

17. Vendas e prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2020	2020
Prestação de Serviços		
Serviço Apoio Domiciliário	82 867,05	84 862,50
Centro de Dia	21 012,50	24 965,70
Quotizações	2 461,00	2 722,00
Serviço de Apoio à Comunidade	3 201,00	3 079,50
Serviços - CMS	23 011,50	18 609,82
Junta Freguesia Vila Nova Anços	3 164,23	2 024,70
Junta Freguesia Gesteira (almoços)	400,00	120,00
Outros Serviços	1 823,50	1 192,00
Prestação de Serviços	137 940,78	137 576,22

18. Subsídios, doações e legados à exploração

O montante dos subsídios, doações e legados à exploração reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2021	2020
Do Estado e Outros Entes Públicos		
Centro Regional de Segurança Social	232 177,57	233 898,54
Instituto Emprego e Formação Profissional	1 440,00	8 760,71
PCAAC		0,00
Autarquias	9 277,39	2 037,65
Outras Entidades	295,75	
JF Vila Nova Anços	1 000,00	3 000,00
COVID - Medida Apoio Família	487,96	0,00
Total	244 678,67	247 696,90

19. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas demonstra-se como segue:

	2021	2020
Existências Iniciais	1 491,93	1 499,58
Compras	58 804,01	62 289,84
Donativos Espécie		
Regularização de Existências		
Existências Finais	-1 544,54	-1 491,93
Total	58 751,40	62 297,49

20. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	4 294,89	17 328,56
Vigilância e segurança	630,00	892,20
Electricidade	5 889,72	6 722,41
Combustíveis	5 667,61	4 915,12
Outros fluidos- gás	5 424,07	3 996,80
Água	1 267,72	1 623,89
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	3 826,54	3 379,80
Material de escritório	925,16	1 285,99
Artigos para oferta	481,49	730,92
Comunicação	1 327,15	1 291,58
Seguros	3 164,87	3 126,99
Deslocações e estadas	0,00	20,52
Conservação e reparação	17 363,06	11 396,14
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	5 174,73	6 454,91
Outros Serviços Especializados	3 550,02	0,00
Outros	617,40	25,00
Fornecimentos e serviços externos	59 604,43	62 317,20

21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021 e 2020, foram como segue:

29 Gastos com Pessoal	2021	2020
Remunerações		
Orgãos sociais	0,00	0,00
Pessoal	180 991,99	168 791,06
Prémios ao Pessoal	0,00	0,00
Sub-total	180 991,99	168 791,06
Outros Gastos c/ Pessoal		
Encargos sobre remunerações	42 623,93	40 280,30
Seguros de acidentes trabalho	4 359,10	5 241,14
Outros	18 820,16	20 624,46
Sub-total	65 803,19	66 145,90
Custos com o pessoal	246 795,18	234 936,96

O número médio de colaboradores da Casa do Povo de Vila Nova de Anços em 2021 foi de 18 (2020: 19).

22. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos/Taxas		0,00
Multas e penalidades		0,00
Quotizações	25,00	25,00
Correcções exercicios anteriores	1 456,93	12 619,26
Secção de Pesca	864,80	519,00
Artes de Palco	20,00	236,46
Rancho das Ceifeirinhas	30,00	184,58
Secção de Xadrez	1 905,13	1 584,73
Secção Futebol	2 362,69	290,28
Serviço de apoio à família		0,00
Outros não especificados		86,10
Ações Formação Financiadas FSE		0,00
Total	<u>6 664,55</u>	<u>15 545,41</u>

Em 2021 verificou-se uma redução considerável dos outros gastos e perdas devido essencialmente à quase inexistente atividade das secções culturais e desportivas da Instituição.

O valor que se encontra na conta de correcções de exercicios anteriores é essencialmente referente à regularização dos valores do programa POISE que não foi executado na sua totalidade.

23. Outros Rendimentos e Ganhos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos que se apresenta no quadro seguinte:

31 Outros gastos e perdas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Correcções exercicios anteriores	601,16	587,50
Ações Formação financiadas FSE	8.381,96	0,00
Rendas e outros rendimentos	1.500,00	1.800,00
Sub. relacionados com o investimento	805,51	805,51
Donativos	1.180,08	2.000,00
Restituição de impostos	2.213,63	2.861,40
Alienações		0,00
Secção de Pesca	520,00	750,00
Artes de Palco	7.450,00	900,00
Rancho das Ceifeirinhas	2.230,00	1.551,50
Secção de Xadrez	1.441,59	1.980,00
Secção Futebol	300,00	1.275,00
Consignação (IRS + IVA)	2.259,50	2.062,31
Sinistros	3.318,53	0,00
Outros não especificados	0,00	539,11
Total	<u>32.201,96</u>	<u>17.112,33</u>

A rubrica de outros rendimentos e ganhos sofreu um aumento significativo, fruto do aumento dos apoios da CMS às secções culturais e a ganhos relativos a sinistros. O valor de 8.381,96€ está relacionado com reconhecimento proveito do programa POISE em 2021.

24. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gastos financeiros		
Juros pagos	0,00	0,00
Outros custos financeiros	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>0,00</u></u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	52,66	113,78
Outros Rendimentos	<u>334,07</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>386,73</u></u>	<u><u>113,78</u></u>

25. Compromissos

Não existem compromissos assumidos pela Casa do Povo de Vila Nova de Anços à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.



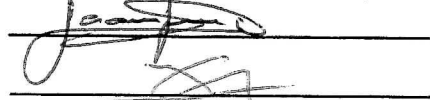
26. Informações exigidas por diplomas legais

Dívidas ao Estado em mora

Dando cumprimento ao disposto na Lei 110/09, de 16/09/2009 – Código Contributivo – artigo 5º, alínea J), fica expresso que a Casa do Povo de Vila Nova de Anços não era, em 31 de Dezembro de 2021, devedora perante a Segurança Social, de qualquer dívida vencida. Mais se informa que de acordo com o Decreto Lei 534/80, de 7 de Novembro de 1980, não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Vila Nova de Anços, 1 Março 2022

A Direção


 Humberto G. G.



A Contabilista Certificada


 Ana Rebelo
 CC n.º 57242

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao longo do exercício de 2021, o Conselho Fiscal acompanhou, sempre que possível, a atividade da Direção, procurando assim desempenhar as funções que, pelos estatutos, lhe estão atribuídas.

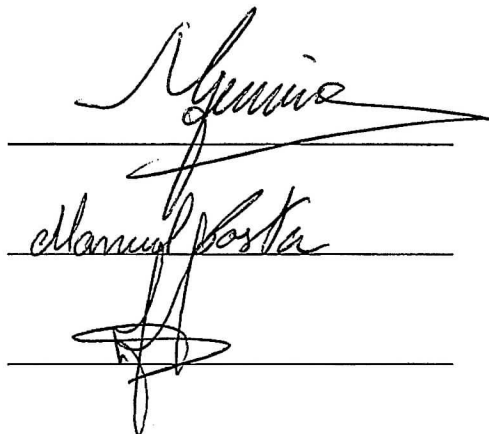
No que diz respeito ao Relatório de Gestão e aos documentos de Prestação de Contas apresentados pela Direção, feita a análise devida aos mesmos, o Conselho Fiscal é de parecer que se acham em condições de serem apreciados e votados favoravelmente pela Assembleia Geral.

Agora que os projetos do Novo Centro de Dia e do Lar foram aprovados pela Segurança Social, o Conselho Fiscal solicita mais uma vez aos sócios e amigos desta Instituição, o empenhamento cívico de todos, por forma a que estes projetos se venham a realizar, ajudando a Direção nas iniciativas que esta venha a tomar no futuro.

O Conselho Fiscal propõe ainda à Assembleia Geral a aprovação de um voto de louvor a todos os que de forma abnegada e com espírito altruísta, contribuíram para os resultados alcançados no exercício de 2021.

Vila Nova de Anços, 14 de março de 2022

O Conselho Fiscal



The image shows three handwritten signatures, each written over a horizontal line. The top signature is the most legible and appears to be 'Almeida'. The middle signature is less legible but seems to contain the word 'Posta'. The bottom signature is a stylized, abstract scribble.